



Luís Aguiar  
Ferreira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

### ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E DEZANOVE

--- Aos vinte e nove dias do mês de março, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com vinte e quatro membros, constantes no respectivo livro de presenças tendo-se verificado a ausência dos deputados **Ricardo Manuel Martins Soares, Arlindo Augusto Genésio Gouveia, Rui António Alves Figueiredo** e ainda **Armindo Fernando Barradas**, presidente da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia que justificaram as suas faltas.

O presidente da Assembleia Municipal, na sua primeira intervenção, chamou à atenção do plenário para a condição desta reunião, que por ser extraordinária serão apenas tratados unicamente e em exclusivo os assuntos referentes aos pontos da convocatória.--

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, os trabalhos tiveram início às catorze horas e quarenta e cinco minutos, sendo a sessão presidida por **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo** e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**.-----

O Executivo Municipal esteve representando pelo seu presidente **Carlos André Teles Paulo de Carvalho** e vereadores **José Carlos Oliveira Silva** e **Luís Aguiar Ferreira**.-----

Seguidamente o secretário da Assembleia Municipal **Álvaro Correia Soares Martinho** procedeu à leitura da convocatória com a seguinte:-----

#### ===== ORDEM DO DIA =====

**Ponto Um:** Apreciação, discussão e votação da **proposta de transferência de novas competências para as autarquias locais** (cfr. nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto).-----

A palavra foi dada ao presidente da Câmara, começando por justificar por motivos profissionais as ausências dos vereadores **Manuel dos Santos Costa** e **Rafael Pereira Santana**. Referindo-se depois ao assunto relacionado com este ponto e tendo em conta a discussão sobre o assunto noutras reuniões, os membros da Assembleia Municipal receberam a proposta da deliberação da Câmara Municipal e na qual constam os mesmos motivos e justificação com que se haviam recusadas todas as competências na reunião extraordinária realizada no mês de janeiro.-----



Luís T. T. T.  
Alfaro  
aef

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Relativamente à questão da Saúde e da Educação são assuntos ainda em fase de negociação, apesar de em relação à primeira, a Câmara Municipal já recebeu uma proposta e encontra-se no momento a realização de um levantamento para apurar o diagnóstico das condições em que se encontra o edifício do Centro de Saúde, bem como os valores investidos ao longo dos últimos anos neste equipamento. -----

O município terá no entanto de se pronunciar até ao mês de junho sobre estas duas áreas, embora esta matéria possa ficar para outras reuniões onde possa haver uma discussão mais aprofundada e se possam discutir as propostas de cada um dos ministérios e decidir se durante o próximo ano, se possam assumir estas competências.-----

O presidente da Câmara terminou a sua intervenção com o pedido à Assembleia, para que decida no sentido de reforçar a posição do Executivo ao não aceitar as competências e esperar pelo espaço de tempo que ainda resta e poder assim também aferir a real bondade de todo este processo. -----

Este assunto foi colocado à discussão, mas não havendo quem se quisesse pronunciar, foi o mesmo votado e aprovado por unanimidade.-----

**Ponto Dois:** Apreciação, discussão e votação da proposta de constituição da “Águas do Douro-Sul Associação de Municípios”, dos Estatutos e autorização para a celebração de contrato interadministrativo de transferência da atribuição da titularidade dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais (cfr. alínea K) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro).-----

Relativamente a este ponto da Ordem do Dia, o presidente da Câmara explicou em pormenor todos os motivos que levaram à decisão para que fosse constituída esta Associação e para uma melhor explanação, recorreu à projecção através de meio audiovisual e em **Power Point**, à medida que ia explicando em detalhe cada uma das medidas a implementar.-----

Esta foi, a forma escolhida uma vez que os membros da Assembleia Municipal puderam acompanhar a leitura, ao mesmo tempo que o presidente da Câmara falava das intenções e objectivos, que levaram à criação desta associação, que só agora é possível mas há muitos anos equacionada pela maior parte dos municípios, que compreendem este relacionamento com a empresa **Águas de Trás-os-Montes** e depois **Águas do Norte**, considerados como uma máquina à qual os municípios acabam por estar subjugados e aquilo que era verbalizado acabou por ser concretizado, tendo como exemplo o tarifário FETA (fundo de equilíbrio tarifário) cujo compromisso assegurava que não ultrapassaria determinado montante, mas o verbalizado pelo governo e pela tutela, acabou por não ser realizado, tendo como consequência o litígio que há hoje entre as partes, não esquecendo os investimentos, quer a nível do abastecimento ou no tratamento de águas



*Luís Dado  
Alfaro  
aep*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

residuais, que criaram expectativas no território que acabou por não ser concretizado, bastando ver que no concelho há onze localidades abastecidas pelo sistema, ao contrário de outras que não o são, indo contra o compromisso verbal que contemplaria todo o concelho e desde há cerca de uma década e meia que se tem sentido o efeito nefasto deste relacionamento com a entidade das águas.-----

Continuando com a sua explicação, o presidente da Câmara disse também que há muito tempo se tem vindo a pensar numa alternativa a este sistema e agora chegou-se a uma proposta de solução que é a criação de uma associação de municípios de fins específicos que integra dez municípios e enquadrando a situação deve ser escolhido o modelo que permita a melhor eficiência e ganho possível, caracterizando o modelo actual, as oportunidades, os pressupostos e a salvaguarda de todo este processo.-----

Sendo que os serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e resíduos é uma atribuição dos municípios e por estes ser feito isoladamente ou em conjunto através de uma associação de municípios mediante sistemas intermunicipais que serão as entidades titulares da gestão desses mesmos sistemas, só possível com a lei 75, de 12 de Setembro de 2013 que assim ficaram salvaguardadas as ditas associações.-----

O presidente da Câmara relatou depois alguns factos e datas históricas quando no mês de julho de 2001 a autarquia aprovou a adesão ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de **Trás-os-Montes e Alto Douro** e a respectiva sociedade concessionária, constituída em parte com capital dos municípios e pouco tempo depois e sob proposta do executivo a Assembleia Municipal aprovou a integração na já citada entidade concessionária e no mês de outubro do mesmo ano a Câmara Municipal aprovou a transferência de seis milhões, duzentos e trinta e oito mil escudos, para pagamento da primeira prestação.-----

Só passados sete anos, ou seja no mês de julho de 2008, as Águas de Trás-os-Montes enviaram os protocolos da integração nas infra-estruturas do sistema de abastecimento de água à freguesia de Chavães e um mês mais tarde foi feita a regularização da integração de todas essas infra-estruturas municipais que integravam o sistema, aprovado por unanimidade pelo executivo municipal e no mês de abril de 2009, a autarquia recebeu o protocolo da rede em baixa, igualmente aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal e posteriormente aprovada também pela Assembleias Municipal.

Houve à época, como que um forçar por parte do governo, que caso as Câmaras não integrassem este sistema, muito difícil seria a possibilidade de candidatura de modo isolado a fundos comunitários, situação que ainda se mantém nos dias de hoje.-----



Reunião Extraordinária  
Alvará  
AEP

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Chegados aqui, o modelo preconizado por uma equipa de estudos que integraram as Câmaras Municipais através da Associação dos Municípios do Vale do Douro Sul, que integra os concelhos de **Tabuaço, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono, Tarouca, Lamego S. João da Pesqueira, Armamar, Cinfães e Resende**, juntamente com uma consultora certificada e com trabalho e experiência na criação de outros sistemas, o modelo pretendido foi então uma Associação de Municípios de fins específicos enquanto entidade de direito público sendo este estudo feito para dez municípios a saber: **Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, S. João da Pesqueira Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca e Vila Nova de Foz Côa**, realçando a posição de **Vila Nova de Foz Côa** que entendeu, ficar neste sistema, por questões culturais e de proximidade no relacionamento com a Comunidade Intermunicipal.-----

Este modelo tem um capital inicial de meio milhão de euros divididos em unidades de mil euros cada, sendo a forma de distribuição feita na perspectiva de defesa da coesão territorial que é de quarenta por cento do capital uniforme distribuído pelos dez municípios e os restantes sessenta por cento, será depois tido em conta a dimensão de cada concelho, cujo critério de distribuição foi o número de alojamentos onde estão instalados os contadores e não o de área ou de população.-----

O financiamento do investimento inicial é de oitenta e cinco por cento através de fundos comunitários e quinze por cento suportado por um empréstimo de longo prazo que não será contabilizado na dívida de cada um dos municípios associados.-----

Quanto às unidades de participação, o gráfico mostra a distribuição uniforme que cabe a cada município e a de Tabuaço é de quatro por cento na participação, para quatro mil quatrocentos e dezassete fogos segundo os censos do INE, com uma ponderação de 6,60% e com os sessenta por cento distribuídos em proporção da população que é de 3,96, atribuirá ao município uma quota final de oito por cento.-----

Um outro gráfico apresentado e explicado pelo presidente da Câmara, está relacionado com os pressupostos e salvaguardas, prevendo-se que a tarifa de convergência média a atingir no ano de 2023 é de 2,50 euros e a convergência é operada nestes termos e cadência relativamente ao concelho de Tabuaço para o ano de 2019; tarifa média actual 0,00€, tarifa de convergência 1,03€, variação 25%, tarifa média 0,26€, rendimentos 31 859,62€, variação 150 038,65€ e diferencial para a tarifa de convergência, 0,77€ -----

Já para o ano de 2020 e para as mesmas rúbricas será de 0,26€ - 1,03€ - 15% - 041€ - 50 975,39€ - 37 297,73€ e 0,60€, respectivamente.-----

O presidente da Câmara continuando com a sua intervenção, informou também que a situação de custo global em metros cúbicos é de três milhões trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos e oitenta euros e tratamento de resíduos é de dois milhões novecentos e trinta e nove mil e



*Handwritten signature*  
Alfa  
ceef

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

trezentos e trinta e dois euros, registando-se em ambos o défice de exploração actual de cinco milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove euros sendo estes valores de perda referentes a todos os concelhos.-----

Quanto à situação actual e segundo estudos feitos no que concerne ao fornecimento de água entre o que fornece e o que recebe há um défice anual de mais de meio milhão de euros e no tratamento de resíduos mais de cento e setenta mil euros, o que perfaz um total de seiscentos e oitenta e um mil, novecentos e quarenta e dois euros, situação esta que obrigaria a cobrar 4,77 euros por metro cúbico de água e 1,41 € de resíduos e para que este fornecimento fosse sustentável, a Câmara teria de cobrar um total de 6,18 €, muito longe da tarefa média para a sustentabilidade do projecto que é de 2,50€.-----

O presidente da Câmara defende a nova modalidade de associação, porque a continuar na mesma situação os valores não só são inoportáveis tendo em conta os prejuízos acumulados de ano para ano, tendo que aumentar os preços de forma exorbitante aos munícipes, para que a relação entre fornecedor e consumidor seja estabilizada a zero.-----

Disse ainda que se for aprovada esta proposta por parte da Assembleia Municipal, poder-se-á na convergência de um período de cinco anos, a tarifa poderá fixar-se em 2,50€, reduzindo assim substancialmente o preço que se teria de cobrar, caso tudo se mantenha como até aqui.-----

Enumerou de seguida as taxas de cada concelho que cobram actualmente, comparando-as com aquilo que deviam cobrar, com destaque para Tabuaço que ao cobrar 1.08€, devia subir para os 6.18€, notando-se assim um acréscimo bastante acentuado entre as duas realidades, ou seja, entre as tarifas, média actual e a de sustentabilidade.-----

O presidente da Câmara, manifestou a sua convicção de que a adesão a este sistema permitirá ganhar no serviço prestado, ganhando em eficiência e escala, havendo a noção de que ao fazer parte de uma organização que tem mais dimensão, população e mais consumo, logo mais possibilidade também de poder aceder a fundo que determinam mais investimento, do que aquela que isoladamente se conseguiria.-----

Para atingir esta média de convergência que tem um prazo de cinco anos irá subir todos os anos gradualmente até atingir o valor uniforme em todos os concelhos e que para isso a subida será de 25% em 2019, 15% nos dois anos seguintes, 25% no ano de 2022, cifrando-se depois em 2023 nos 20%.-----

Acresce ainda referir que o valor do diferencial foi calculado, do qual 50% é assumido pela associação que o coloca num fundo de financiamento e o restante é assumido pelo município, que vai participar anualmente até atingir o valor de convergência, dando como exemplo a contribuição de Tabuaço que no ano actual teria de ser injectada a verba de 214 146,58 €, para no ano seguinte ser a verba de 118 464,95€. No ano 2021 o total a transferir é de 62 981,87€ e por



*Luís Filipe Afonso*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

último em 2022 o valor é de 14 292,49€ que na globalidade atinge os outros 50% do prejuízo estudado.-----

O presidente da Câmara concluiu a sua intervenção dizendo que estes documentos, tem como objectivo e à semelhança do que aconteceu em sessão de câmara, aprovar a constituição desta associação de fins específicos com objectivo exclusivo a exploração e gestão do sistema público de captação, tratamento e distribuição de água ao público na área dos municípios associados, aprovando igualmente os respectivos estatutos e o contrato interadministrativo, como ato integrativo da eficácia do acordo constitutivo da mesma, que apesar de poder não ser o modelo actual, será sempre melhor do que a modalidade que tem servido o concelho na última década e meia e a não adesão, contribuirá para o isolamento do município, sem poder de decisão ou influência.-----

O presidente da Assembleia Municipal, agradeceu ao presidente da Câmara a minuciosa e esclarecedora explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate, tendo usado da palavra o presidente da Junta de Freguesia de Sendim, **Sérgio Isidro Cravo Rodrigues**, apresentando algumas dúvidas no sucesso desta privatização, alegando que normalmente pensam apenas nos lucros ao fim do ano e apresentou as seguintes questões: a sua freguesia tem vários fontenários com nascentes naturais e quem vai controlar esse fornecimento; há um depósito de inox com a capacidade de cem mil litros e outros, que são património da Junta de Freguesia; A quem compete as reparações e o prazo estipulado para as mesmas e caso haja a necessidade de as substituir, já que têm muitos anos, quem suporta esse investimento.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira** para interpelar o presidente da Câmara com algumas perguntas; sobre os compromissos há época que classificou como verbal e qual o seu significado; os aumentos dos preços devem ser muito bem explicados à população e como há um défice muito grande no tratamento da água, qual é a entidade que vai suportar esse investimento; após a entrada em vigor da nova entidade, quem e como vão ser assumidos os processos em tribunal sobre as dívidas movidos à Câmara Municipal.-----

De seguida usou da palavra **Amâncio Manuel Moreira Silva**, presidente da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira, para dizer que esta nova associação poderá vir a solucionar parte do problema, porque em seu entender o município já devia ter actualizado as taxas referentes a estes serviços, devendo ser o consumidor a suportar essa despesa e não o município. Em relação à União de Freguesias que representa (Pinheiros, Carrzedo e Vale de Figueira) tem captação de água própria e salvo melhor opinião devia ser questionada essa solução e o consumo dessa mesma água, devia ser compensada com alguma contribuição para a freguesia para que esta pudesse fazer investimentos noutras áreas. Como solução, podia fazer-se a instalação de um contador para verificar o consumo e a junta ser ressarcida pela cedência dessa mesma água.-----

Para dar resposta a estas questões colocadas pelos intervenientes, foi dada a palavra ao presidente da Câmara, para dizer que o sistema de fornecimento vai funcionar



*Handwritten signature*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

praticamente na mesma como o actual, com a diferença de que vai haver uma estrutura que vai permitir que tenhamos de fazer um esforço de convergir tarifas mais baixas e nos permitirá aceder a um certo tipo de fundos, sendo a nova associação a comprar e fornecer e fazer a cobrança, cabendo à Câmara Municipal um papel de parte integrante dessa mesma estrutura.-----

Quanto a Sendim, o método será o mesmo, porque desde há muito que se vem falando, de que não pode haver duas entidades gestoras dentro do mesmo espaço administrativo, como recomenda a entidade reguladora e a partir da implementação do novo sistema a freguesia deixará de fazer essa cobrança e não será descurado o facto de ter de se avaliar as infra-estruturas existentes em cada uma das freguesias para serem valorizadas, havendo depois contractos de cedência, para quando a transição for feita, haja essa valorização. Urge no entanto, fazer uma explicação detalhada à população, para que seja informada de todo o processo e os moldes e motivos porque está a ser feito.-----

Em relação a Pinheiros a realidade é distinta, porque se tiver de ser ressarcida, seria a Câmara Municipal a fazê-lo e não outra qualquer entidade, até porque as infra-estruturas, que existem são da Câmara e por essa lógica todas as freguesias estão na mesma situação, que cede a passagem e depois o município cobra, situação que não acontece com Sendim.-----

Em relação à aplicação das tarifas, o presidente da Câmara sente-se à vontade para falar do assunto e lembrou a situação passada numa das reuniões da Assembleia Municipal do mandato anterior, no ano 2015, que chumbou o regulamento que obrigava ao pagamento de taxa para a recolha do lixo e tratamento de águas residuais, que havia sido aprovado em sessão de Câmara e só dois anos depois perante nova tentativa e com a ameaça de que se não fosse aprovado, as candidaturas eram rejeitadas, como aconteceu várias vezes então o plenário da Assembleia Municipal ponderou e aprovou finalmente o regulamento, que seria implementado no início deste ano, só suspenso pela nova realidade criada em torno da constituição da nova associação e assim ficar desfasado no tempo criar uma taxa em Janeiro e agora ter de se alterar tudo.-----

O motivo para as falhas e para além das ligações ilegais, porque são uma realidade, o motivo deve-se ao mau estado das condutas, que devem ser substituídas, a exemplo da redes de estradas, que ou há investimento nacional ou comunitário, porque a Câmara Municipal por si só não tem capacidade financeira capaz de suportar tais investimentos, uma realidade que é transversal a outros municípios vizinhos e se não há garantia de que pelo facto de vir a pertencer à nova entidade, de que a mesma fará essas reparações, então a certeza é que ficando de fora não se farão mesmo, porque não sendo a solução ideal, será por certo a melhor.-----



Ranhadados  
Alto  
alief

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Ao deputado **Nuno Oliveira**, respondeu sobre os compromissos verbais e o mesmo se refere ao tarifário **F.E.T.A.** que há época tinha sido assegurado verbalmente de que não iria ultrapassar esse mesmo tarifário, mesmo no processo em tribunal a exemplo do que acontece com outras Câmaras, há um valor que não pagam, porque justificam com o que acresce àquele compromisso, a exemplo do que verbalmente foi anunciado para fornecimento a partir de Ranhadados, às freguesias de Valença do Douro, Desejosa e Pereiro e que acabaram por não se concretizar.-----

Quanto à qualidade da água a mesma não pode ser posta em causa, porque são feitas rigorosas análises que garante parâmetros a que a lei obriga e se muitas vezes oferece algumas dúvidas quanto ao sabor ou à cor, se deve à qualidade das condutas, que em muitos casos não estarão bem, portanto o aumento com a tarifa deve-se exclusivamente ao défice existente e esta associação vai comprar a água mais cara à Águas de Trás-os-Montes, de que a vai vender ao consumidor.-----

Em relação aos processos em tribunal, não haverá grande margem de manobra porque a água tem sido consumida e não paga e a sentença será igual, quer se esteja inserido nesta nova associação ou não, embora a autarquia assuma aquilo que é justo pagar e não a conta apresentada, que a Câmara exclui em parte à que se relaciona com as facturas onde as análises não correspondem às condições aceitáveis.-----

O presidente da Junta de Freguesia de Sendim, voltou a intervir, para perguntar se quem não está ligado à rede de esgotos, também paga a taxa.-----

O deputado **Moutinho de Carvalho**, pediu a palavra dizendo que em relação a este assunto, ou se adere no momento ou se adiará para não se saber quando será a melhor oportunidade de o fazer, sendo que neste momento se está perante uma pressão, que não sendo interna é extensiva, porque, ou se avança ou se perde. Perante as explicações ouvidas previamente, o deputado **Moutinho de Carvalho** ficou com a sensação de que se deve seguir este caminho que está previsto e em relação às perdas de água, o município de Tabuaço nem será o que perde mais com estas percentagens, porque há situações bem piores e o mais importante não é saber a que se gasta, mas sim saber a que sai do sistema de abastecimento e quem a superintende. Quanto aos números matemáticos, falta percentualizar, os imponderáveis que se vão manter ao longo dos anos, mas mesmo assim têm de ser assumidos.-----

Por último, o presidente da Assembleia Municipal, quis saber se os valores das captações que são próprias do município estão contabilizados os custos de manutenção e operação e integrados nesse défice, nessas intervenções, nomeadamente com o investimento que o município e com a afectação de recursos humanos e materiais usados nessas captações, vincando ainda uma preocupação: por um lado a satisfação da associação ter acesso a fundos comunitários, que permitirá ter um apoio ao pagamento à dívida que não vai ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

assumida ao longo do tempo, mas dada a dificuldade que os municípios vão tendo ao nível de tesouraria do dia-a-dia, sabe-se que a primeira coisa a não ser paga é a factura da água porque as águas de Trás-os-Montes vão tendo alguma capacidade de encaixe financeiro, com as autarquias a refugiarem-se muitas vezes numa dívida que não é paga e sendo esta estrutura nova, deve-se ter presente que esse subterfugio tem que estar muito limitado no futuro, apesar do apoio dado pela referida associação.-----

Respondeu o presidente da Câmara, ao presidente de Sendim, que a questão da taxa deve ser remetida para o regulamento que dá a opção de pagar a mesma ao munícipe, ou então a associação garantirá a limpeza do espaço com a sua drenagem, caso não adira terá sempre de a expensas próprias fazer a respectiva manutenção da sua rede interna. Disse ainda que tudo isto é ainda um processo novo, sujeito a ajustes e terá de vir novamente à Assembleia Municipal, para se concordar com os investimentos e a transferências das valências da autarquia para a associação. -----

Os dados a ter em conta são aqueles que a autarquia fornece e são facultados ao longo dos anos à E.R.S.A.R. que são reais e fidedignos, fornecidos pelos serviços técnicos da autarquia e em princípio serão colocados os trabalhadores que estão ligados ao sector.----

Terminadas as intervenções foi este ponto colocado à consideração do plenário, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Seguidamente a secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, leu a minuta da ata e sujeita a votação obteve a unanimidade na votação. -----

Não havendo mais nada a tratar, o presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezasseis horas e trinta minutos.-----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo presidente e secretários, respectivamente.-----

  
\_\_\_\_\_  
**Presidente: Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**

  
\_\_\_\_\_  
**1º Secretário: Álvaro Correia Soares Martinho**

  
\_\_\_\_\_  
**2º Secretário: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**